

Voto não altera pacote

Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Nenhum Congresso, desde o Plano Cruzado, negou ao governo a aprovação de medidas vinculadas à sustentação de planos econômicos. O aumento no Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), se queixou ontem é uma migalha da polêmica provocada pelo confisco do Plano Collor, aprovado sem emendas por uma diferença de 41 votos.

Para quem aposta que a diferença desta vez são as urnas de 1998, os governos José Sarney (1985-86) e Itamar Franco (1992-1994) oferecem dois contrapontos. O Congresso de Sarney aprovou em abril de 1986, um semestre antes da eleição, um pacote pós-Cruzado congelando o salário na média dos últimos seis meses. O de Itamar Franco aprovou em plena campanha eleitoral de 1994 a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que, ainda sob o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), bloqueava 20% da arrecadação de todos os impostos federais, e garantia o equilíbrio fiscal que o governo reclamava ser necessário à implementação do Plano Real.

“De todos os pacotes da história recente da política econômica no Brasil, este é um dos que menos depende do Congresso”, diz o consul-

tor político Murillo de Aragão, diretor da Arko Advice. No comentário enviado ontem aos seus clientes do mercado financeiro, Aragão advertiu para as dificuldades do IR e do IPI em sua tramitação no Congresso. “É a principal queda de braço entre governo e Congresso porque tem que ser aprovado até janeiro”, disse o consultor, numa referência ao princípio da anterioridade fiscal, que abriga a edição de novas alíquotas até 31 de dezembro do ano anterior à cobrança do imposto e a aprovação pelo Congresso, no mês seguinte.

“De todos os pacotes recentes, este é um dos que menos depende do Congresso”

Aragão ainda atribui à MP que revisa o critério da concessão da aposentadoria proporcional uma “votação problemática”. A MP que reduz os fundos regionais de incentivos (Finor e Finam) recebe a mesma classificação por conta da barreira parlamentar das bancadas do Norte e Nordeste. A isenção de escolas, hospitais e clubes terá, de acordo com a análise da Arko Advice, uma tramitação “problemática”. Medidas como a proibição de financiamentos por parte de instituições financeiras

federais a estados sem equilíbrio fiscal, serão estabelecidas por decreto e, portanto, não dependem do Congresso, mas serão fonte, de acordo com o consultor, de pressão política dos governadores.

O impacto mais imediato do pacote sobre o Congresso poderá acontecer sobre a tramitação das reformas constitucionais. O governo acredita ter passado a impressão de que cumpriu sua cota de sacrifício com as medidas e cobrará do Congresso o “dever de casa” das reformas. A primeira reforma de que se espera tramitação acelerada é a administrativa, que, a partir da votação do teto salarial e da disponibilidade dos servidores públicos, pode gerar uma economia anual de R\$ 6 a R\$ 8 milhões.

O humor do Congresso em negociar flutuará conforme a disposição do governo em negociar suas emendas ao orçamento. As emendas serão negociadas no varejo e são uma das principais ameaças a que o governo compra a meta de economizar R\$ 1,7 bilhão com a redução em 15% dos gastos em 1998. É no Executivo que, avalia Aragão, está o esqueleto do pacote. “Pelo menos metade dos R\$ 20 bilhões de cortes previstos depende exclusivamente da vontade política do Executivo”, diz Aragão. Do cumprimento destes cortes depende o cacife político do governo para que Congresso, empresários e assalariados aturem os seus.